JUVENTUDE RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL

DILMA ROUSSEFF

Presidenta da República

PEPE VARGAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

LAUDEMIR ANDRÉ MULLER

Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI

Secretário de Agricultura Familiar

ANDREA BUTTO ZARZAR

Secretária de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA

Secretário de Reordenamento Agrário

SÉRGIO ROBERTO LOPES

Secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

ROBERTO NASCIMENTO

Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO

Coordenador executivo do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEAD ESTUDOS 28

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

www.mda.gov.br

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (NEAD)

SBN Qd 2 Bloco D Lj 10 Sl 2
70.040-910 Brasília/DF
Telefone: (61) 2020 0189
www.nead.gov.br

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

FBR PROPAGANDA

ILUSTRAÇÕES

Marcos Fillipe Martins

FINALIZAÇÃO

Bruno Eustáquio Bento

REVISÃO E PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Marília Madalena Prado Paranhos

Projeto de Cooperação Técnica Internacional
"Consolidação de uma Agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário"
PCT IICA/NEAD

C355j

Castro, Antônio Maria Gomes de. [et al.].

Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil / Antônio Maria Gomes de Castro / Eduardo Paulo de Moraes Sarmento / Luis Fernando Vieira / Suzana Maria Valle Lima / Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

56p.; 18,85 x 22,2 cm

ISBN: 978-85-60548-98-9

1.Brasil – Juventude Rural. 2. Políticas públicas para juventude rural. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDU: 308

CDD: 630

AGRADECIMENTOS

Este livro foi escrito com o propósito de informar o jovem rural sobre as políticas públicas de acesso à terra existentes e de apresentar os resultados de estudo realizado para compreender melhor o jovem, sua situação atual e sua experiência com estas políticas.

É um livro de divulgação, escrito em linguagem simples, de fácil entendimento mesmo para os jovens que ainda não conheçam os assuntos nele tratados. Definições de alguns temas são apresentadas ao lado do texto principal; estas definições também foram simplificadas, para atingir o objetivo de melhor compreensão dos jovens rurais em geral.

Para fazer um texto mais claro e mais interessante para os jovens rurais, os autores foram apoiados fortemente por diversos leitores indicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Desse grupo de leitores fizeram parte profissionais do próprio Ministério e jovens rurais.

Nosso agradecimento sincero a esses leitores, que emprestaram seu tempo e conhecimento para aperfeiçoar este livro.

Os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07

O QUE VOCÊ VAI CONHECER NESTE LIVRO 11

1. A IMPORTÂNCIA DO JOVEM RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR 13

2. O JOVEM RURAL, SUA SITUAÇÃO ATUAL E A PERMANÊNCIA NO CAMPO 19

3. AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS JOVENS RURAIS 31

4. MUDANÇAS SUGERIDAS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O JOVEM RURAL 51

APRESENTAÇÃO

Esta publicação tem o objetivo de elencar recomendações para a melhor inserção da juventude rural nos programas e políticas de acesso à terra. A reflexão foi possível a partir de dados da realidade brasileira e de estudos de caso em áreas de atuação do Programa Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário nas regiões Nordeste e Sul.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) propôs o estudo em resposta à demanda do Grupo de Trabalho (GT) de Juventude Rural da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf). Este GT é composto por representantes dos governos nacionais e da sociedade civil dos países membros. Seu objetivo é discutir propostas e iniciativas voltadas para o segmento da juventude rural, em um espaço estratégico de diálogo permanente para promoção e efetivação de políticas públicas.

A iniciativa teve o apoio e acompanhamento do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), da Assessoria Internacional de Promoção Comercial (AIPC) e da Assessoria de Juventude do Ministério.

Nas discussões do GT foram definidos como temas centrais da juventude rural a migração, a educação no campo, os sistemas de produção sustentáveis, o acesso à terra e a institucionalidade do tema juventude rural. Nesse contexto foi considerada estratégica a elaboração de estudos sobre o acesso à terra pela juventude de cada país.

O acompanhamento e a avaliação permanente dos planos, programas e ações são necessários para identificar e aprimorar a forma de acesso à terra pela juventude. Além disso, as outras políticas de desenvolvimento agrário são essenciais para garantir as condições de permanência dos jovens e das jovens no campo.

A revisão das normas das políticas vigentes e a sistematização da percepção e proposta dos gestores públicos, líderes de movimentos sociais e dos jovens permitiram a identificação de

aspectos culturais, sociais, econômicos, geracionais e de gênero. As diferentes opiniões possibilitaram um melhor retrato dos indicadores das políticas de acesso à terra para um entendimento da migração e da permanência da juventude no meio rural.

Estas reflexões abrem um novo ciclo para a qualificação, articulação, criação e o aperfeiçoamento das políticas públicas vigentes para além do acesso à terra pela juventude, apresentando conclusões e recomendações necessárias para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Sugerem também o apoio a uma produção diferenciada e adequada às diferentes juventudes do meio rural, por meio da formação, assistência técnica, capacitação, crédito e organização produtiva, entre outros.

Assim, esta publicação, que integra a Série NEAD Estudos, se traduz em um importante passo da juventude rural na busca pela identificação de seus dilemas e anseios, permitindo um olhar mais preciso da atual situação do rural brasileiro. Contribui para a elaboração e a implementação das políticas públicas, favorecendo a autonomia e a emancipação e propiciando a permanência no campo.

Boa leitura!

Pepe Vargas

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

CASO VOCÊ TENHA QUALQUER PERGUNTA OU DÚVIDA SOBRE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DESCRITAS NESTE LIVRO, ENTRE EM CONTATO COM A:

ASSESSORIA DE JUVENTUDE RURAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

FONE: (061) 2020-0012

JUVENTUDE RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL

O QUE VOCÊ VAI CONHECER NESTE LIVRO:

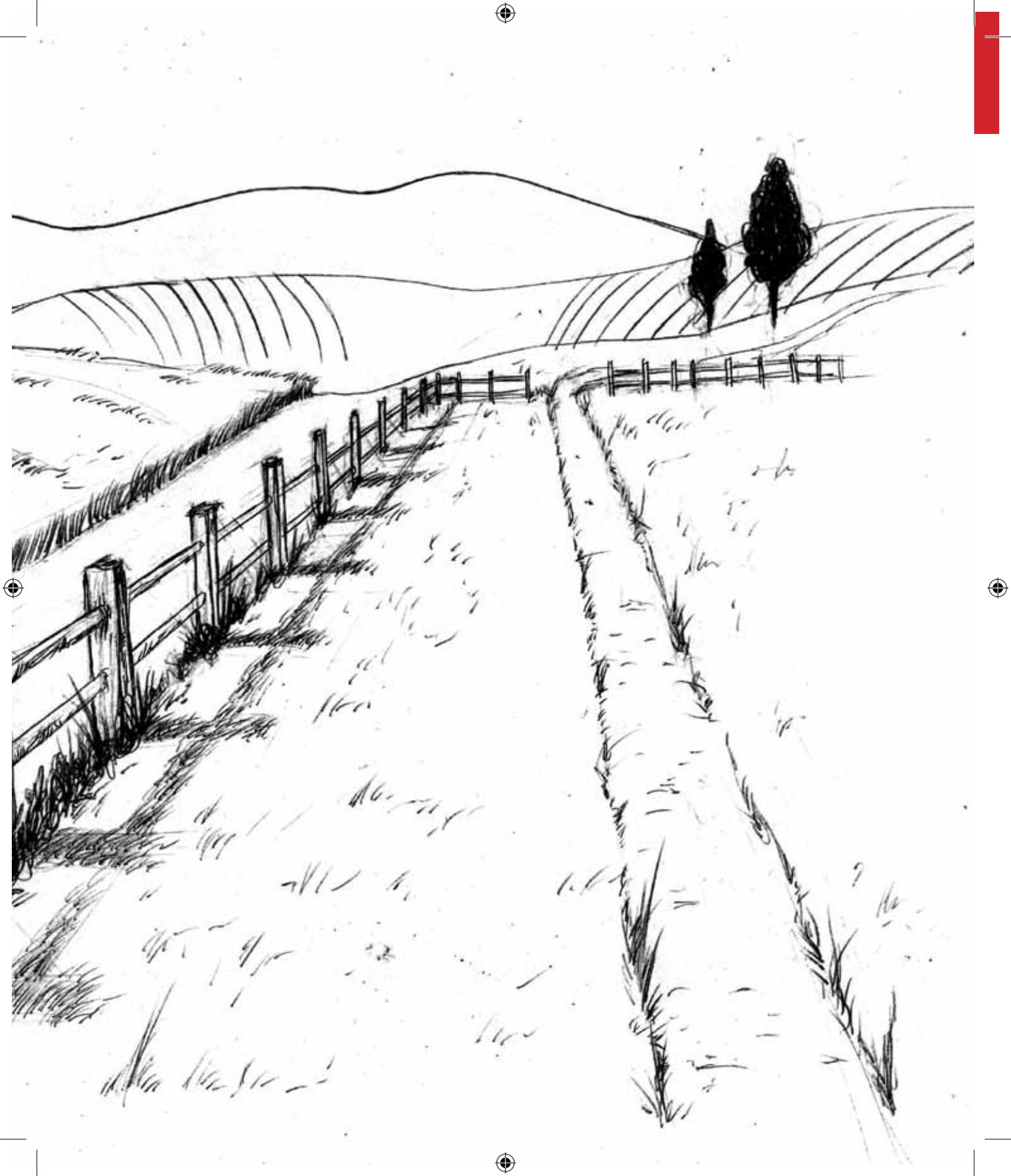
Este livro foi escrito pensando em lhe contar, no primeiro capítulo:

1. As mudanças que estão acontecendo no campo desde o século passado, a participação dos jovens rurais nestas mudanças e como a própria agricultura familiar, tão importante para a produção de alimentos para as famílias brasileiras, pode mudar por conta destas modificações;
2. Como é o estudo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para compreender melhor os jovens e suas necessidades e dificuldades.

No segundo capítulo, o livro conta as razões para que o jovem permaneça no campo (ou deixe o meio rural) e quais são as suas principais necessidades. A influência da sua família sobre a decisão de ficar ou sair do campo também é considerada.

No terceiro capítulo, as políticas de acesso à terra, ao crédito rural e à assistência técnica são mostradas, e os jovens falam de sua experiência com estas políticas.

No último capítulo, considerando tudo o que foi falado, são apresentadas recomendações para mudanças nas políticas, para facilitar o acesso do jovem à terra, ao crédito rural e a uma melhor condição de produzir alimentos no campo, para sua família e para o mercado.

1

A IMPORTÂNCIA DO JOVEM RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE CAPÍTULO:

- As mudanças que estão acontecendo no campo desde o século passado, a participação dos jovens rurais nestas mudanças e como a própria agricultura familiar, tão importante para a produção de alimentos para as famílias brasileiras, pode mudar por conta destas modificações; e
- Como é o estudo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para compreender melhor os jovens e suas necessidades e dificuldades.

1.1 POR QUE A AGRICULTURA FAMILIAR DEPENDE DO JOVEM RURAL?

POLÍTICAS PÚBLICAS
SÃO OS PLANOS E AS AÇÕES QUE O GOVERNO FAZ PARA DESENVOLVER UMA REGIÃO, UMA ATIVIDADE ECONÔMICA (POR EXEMPLO, A SAFRA DO FEIJÃO) OU UMA PARTE DA POPULAÇÃO QUE PRECISA DO APOIO DO GOVERNO.

CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE
O CENSO É UM ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO DO BRASIL QUE É FEITO A CADA 10 ANOS PARA SABER SOBRE DIVERSOS ASPECTOS DA VIDA DOS BRASILEIROS (IDADE, MORADIA, EDUCAÇÃO, TRABALHO E OUTROS).

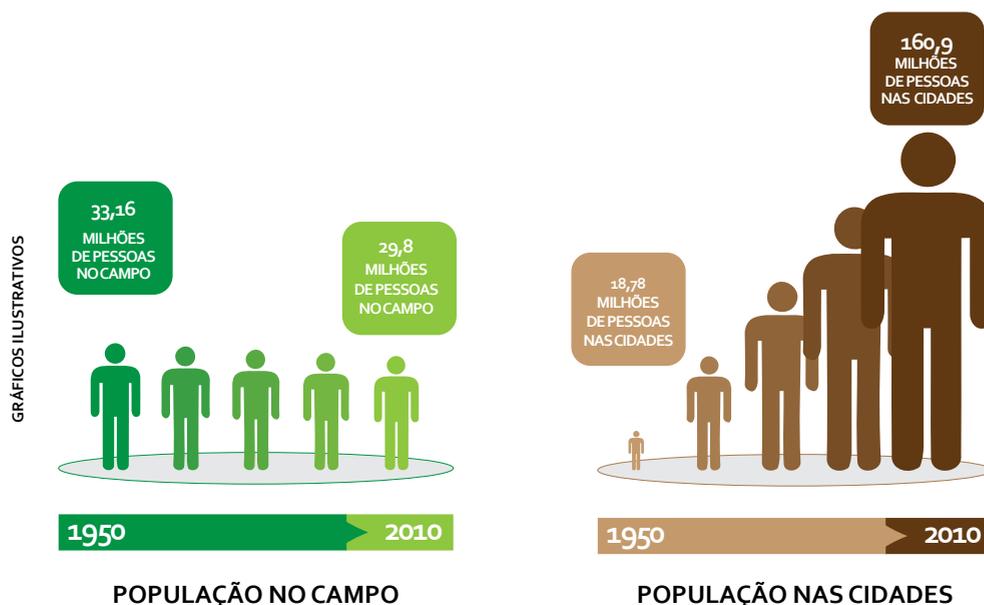
No Brasil, os estudos sobre a situação dos jovens feitos pelo IBGE têm mostrado muitos problemas que atingem estes jovens e que precisam ser resolvidos. Entre estes problemas estão a pobreza, a violência, as mortes, a dificuldade para educar-se, o desemprego, todas elas dependem de ***POLÍTICAS PÚBLICAS*** para serem solucionadas.

As dificuldades que o jovem enfrenta são ainda maiores para as moças e moços que vivem no campo, que vamos chamar a partir de agora de jovens rurais. A boa notícia é que as necessidades da juventude rural estão sendo vistas como muito importantes pelos políticos e gerentes do governo, o que pode mudar para melhor as políticas públicas feitas para estes jovens.

A tendência do jovem rural a deixar o campo, saindo quase sempre para uma cidade próxima, vem ocorrendo desde 1940. Este fato foi analisado em detalhe por estudiosos brasileiros e continua a acontecer nos dias de hoje, como mostram os dados do último ***CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE*** em 2010. Veja a Figura abaixo:

GRÁFICOS ILUSTRATIVOS

POPULAÇÃO NO CAMPO

POPULAÇÃO NAS CIDADES

Esta figura mostra que a população do Brasil cresceu de forma diferente. De 1950 a 2010 (ou seja, nos últimos 60 anos), os cidadãos que vivem nas cidades aumentaram muito. Em 1960, havia mais gente no campo do que nas cidades. Em 50 anos, enquanto a população das cidades aumentou cinco vezes, a população do campo diminuiu de 39 para 29,8 milhões de pessoas. Outros estudos mostram que a decisão de sair do campo tem sido tomada por jovens rurais; os mais idosos continuam a morar e trabalhar no campo.

A saída de muitas pessoas do campo para as cidades (especialmente jovens) não foi boa para o País, para o campo e para as cidades, e possivelmente também não foi bom para os jovens rurais que deixaram para trás suas comunidades. Neste período, aumentaram as favelas em quase todas as grandes cidades brasileiras.

Para a agricultura familiar (e também para o País), seria melhor que pudesse continuar a fazer o seu trabalho nas suas comunidades e que existissem condições para que seus filhos pudessem casar, constituir famílias e se manter com dignidade no campo.

Por essas razões, a juventude rural passou a ser considerada como uma questão importante para o governo dos países, em parte pelo que representa para as agriculturas nacionais, em parte por interesse de organismos internacionais, como a ***ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)***.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)
É UM ÓRGÃO INTERNACIONAL DO QUAL QUASE TODOS OS PAÍSES DO MUNDO FAZEM PARTE E QUE TRABALHA PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE ELES E A MANUTENÇÃO DA PAZ MUNDIAL.

O Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), lançado em 1995 pela ONU, criou a necessidade de os países terem políticas para os jovens, melhorando suas oportunidades de trabalho e seu futuro, em especial nos países em desenvolvimento como o Brasil.

No próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), torna-se cada vez mais clara a importância destes jovens, e as políticas têm procurado focalizar este grupo, incluindo ações para atender de forma mais adequada as suas necessidades. Estas ações incluem a criação de uma Assessoria de Juventude Rural e outras, que serão apresentadas no livro.

A melhoria de vida do jovem rural passou a ser considerada como uma forma de manter os jovens no campo, evitando a migração (ou saída do campo) para as cidades. Mas para conseguir melhorar as condições de vida do jovem era preciso estudar por que os jovens deixam suas comunidades rurais, o que estariam esperando encontrar nas cidades e o que deveria ser feito para melhorar as condições de vida do jovem rural no campo, dando-lhe oportunidades de trabalho e permanência.

1.2 O ESTUDO SOBRE O JOVEM RURAL.

GESTORES DE POLÍTICAS PUBLICAS
SÃO OS EMPREGADOS DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO QUE TRABALHAM PARA ORGANIZAR O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

REPRESENTANTES DE JUVENTUDES RURAIS
SÃO PESSOAS LIGADAS A SINDICATOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS), QUE REPRESENTAM AS COMUNIDADES DE JOVENS NAS SUAS RELAÇÕES COM ÓRGÃOS DE DESENVOLVIMENTO, COMO O GOVERNO, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E OUTROS.

BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS
SÃO PESSOAS QUE RECEBEM APOIO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA (COMO OS QUE RECEBEM UM FINANCIAMENTO DO CRÉDITO AGRÍCOLA). NÃO BENEFICIÁRIOS SÃO OS QUE NÃO RECEBEM APOIO.

Para melhorar as políticas públicas, pensando no que está acontecendo com o jovem rural, o governo necessita entender melhor:

- Por que alguns jovens rurais saem do campo para as cidades e por que outros continuam vivendo em suas comunidades?
- O que querem os jovens rurais, homens e mulheres, na sua vida futura e o que esperam do governo e de suas políticas de apoio ao seu trabalho no campo (assistência técnica, educação, crédito)?
- Como são os jovens rurais do Sul e do Nordeste no trabalho do campo, nos seus projetos de futuro, nos resultados do trabalho da agricultura familiar?
- Quais as políticas que o governo oferece para melhorar a vida dos jovens rurais? Elas atendem as necessidades dos jovens?

Como o Brasil é um país muito grande e com muitas situações diferentes, era preciso fazer um estudo que respondesse estas questões para que o governo pudesse trabalhar bem ao elaborar suas políticas para os jovens. O estudo tinha os seguintes objetivos:

1. Estudar a situação e o acesso da juventude rural à terra, e também de apoio ao trabalho de produção na terra;
2. Sugerir formas de melhorar os programas de acesso à terra e criar melhores condições para a permanência dos/ das jovens rurais em suas comunidades.

O estudo começou por levantar tudo o que já se havia feito antes sobre o jovem rural no Brasil. Isto ajuda a conhecer o que já se sabe e o que precisa ser mais estudado sobre o tema.

Depois, foram avaliadas as políticas de desenvolvimento agrário do governo e a maneira como elas servem o jovem rural, incluindo a análise das regras aplicadas para cada política. Nesta avaliação, os ***GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E REPRESENTANTES DE JUVENTUDES RURAIS*** deram as suas opiniões sobre o que querem os jovens do campo e se as políticas existentes atendem ao que eles precisam.

Por fim, foi feita uma pesquisa de campo, realizada no Paraná, no Município de Congonhinhas e em Pernambuco, no Município de Petrolina. Nestes locais, 142 jovens residentes no campo foram entrevistados, com perguntas sobre as suas vidas nas comunidades rurais. Os jovens ouvidos eram ***BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS*** de políticas de acesso à terra.

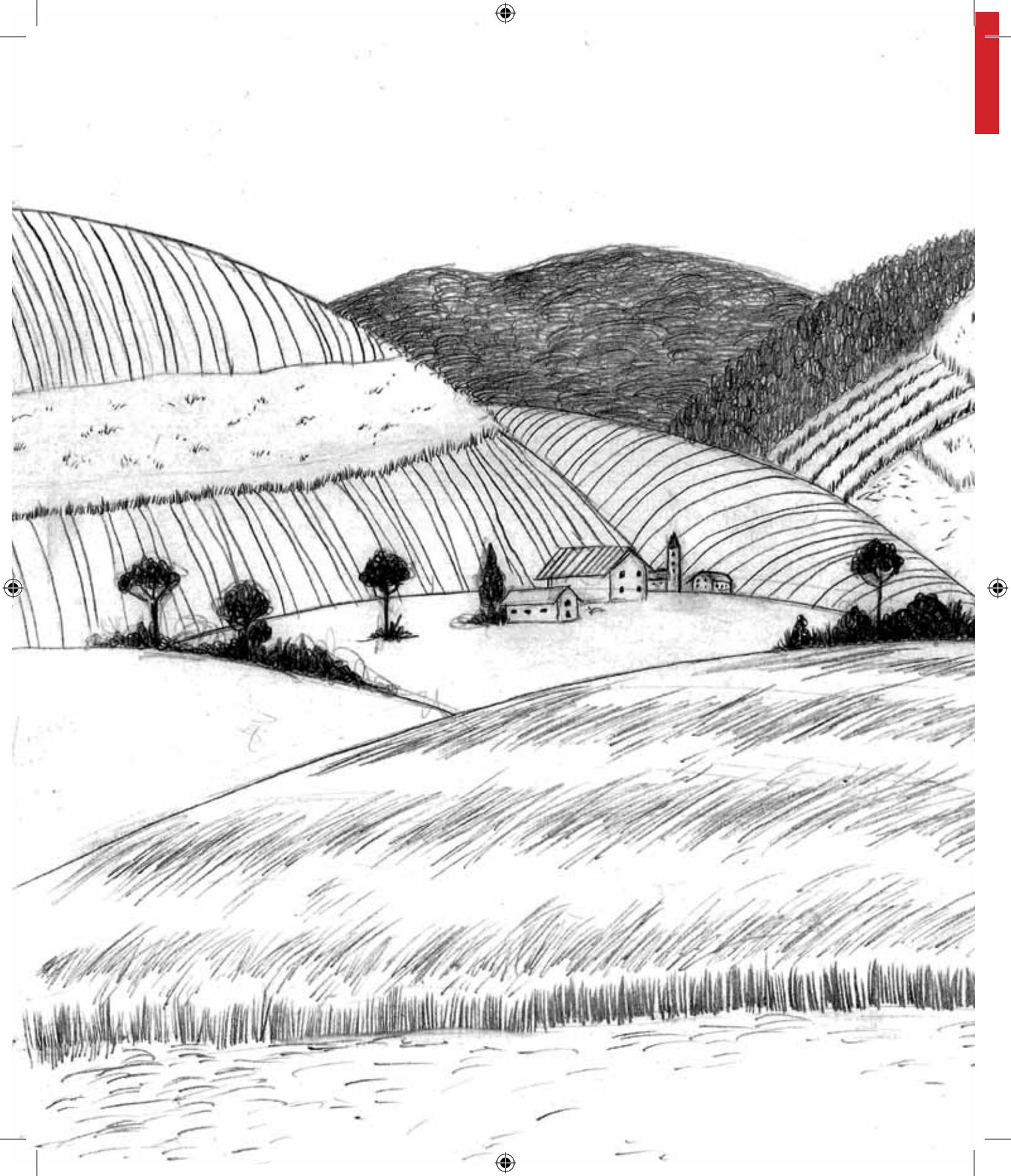
Toda esta informação foi reunida e estudada. Este estudo foi contado em relatório para ser usado pelo governo no seu trabalho de desenvolver as políticas para os jovens rurais e a agricultura familiar.

QUE MUDANÇAS ESTE TRABALHO PODE TRAZER?

Os resultados deste estudo foram a base para recomendações de melhoria das políticas de desenvolvimento agrário (de acesso à terra, de incentivo à produção agrícola e de Assistência Técnica), de modo a aumentar o apoio ao jovem rural.

Este livro mostra os principais resultados do estudo, para conhecimento dos jovens rurais e das suas lideranças. Assim, sabendo o que está acontecendo os próprios jovens podem ajudar o governo a fazer melhor o seu ***TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO***.

TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO É A ATIVIDADE FEITA PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DE UMA COMUNIDADE (MELHORIA SOCIAL, ECONÔMICA OU DO MEIO AMBIENTE).

2

O JOVEM RURAL, SUA SITUAÇÃO ATUAL E A PERMANÊNCIA NO CAMPO

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE CAPÍTULO:

- Qual é a situação atual do jovem no campo? Que condições de vida e trabalho enfrentam?
- Quais as demandas do jovem rural?
- Por que o jovem deixa o campo e quais as razões da decisão de permanecer no campo?
- Como as famílias influenciam as decisões dos jovens rurais?

No início deste livro, foi mostrado que a permanência do jovem rural no campo é muito importante para a agricultura familiar no Brasil. Também ficou claro que a população da área rural do Brasil tem diminuído, principalmente porque muitos rapazes e moças têm saído de suas comunidades para viver nas cidades.

Nas páginas seguintes se mostra como está a situação do jovem no campo e porque os jovens saem ou ficam no campo, a partir do que dizem os estudiosos da juventude rural, o que pensam os gerentes de políticas publicas para esta juventude, as lideranças dos jovens rurais e a opinião dos próprios jovens que foram entrevistados.

2.1 SITUAÇÃO ATUAL DA JUVENTUDE NO CAMPO

Qual é a situação do jovem rural no Brasil, nos dias de hoje e de ontem? O estudo fez um levantamento do que foi escrito sobre este assunto no Brasil, para saber o que querem os jovens, quais os seus problemas e como estão trabalhando e produzindo. Foi também estudado onde e como estão os jovens rurais.

Aqui vão alguns resultados de estudos (tais como o Censo Demográfico de 2010):

Há menos mulheres que homens no campo

Dentro da população brasileira, existem mais mulheres (83,63 milhões) do que homens (77,20 milhões) vivendo nas cidades; na área rural há 14,32 milhões de mulheres, para 15,51 milhões de homens. Esta é uma das razões que provavelmente faz com que os rapazes saiam para a cidade: a busca de uma companheira .

Há menos jovens e idosos no Brasil

Na distribuição da população por idade, tanto na área urbana como rural, há uma menor proporção de jovens (18 a 24 anos) e de idosos (60 anos ou mais) em qualquer região do País, quando comparada com o tamanho da população de meia-idade (25 a 59 anos). Conforme passam os anos, essa diferença tem aumentado.

Os jovens rurais vão à escola por menos tempo

O número de analfabetos de todas as idades é sempre maior na área rural do que nas cidades, especialmente entre os garotos de 5 a 11 anos, e entre os que têm 24 anos ou mais.

Há muito mais pessoas sem instrução ou com apenas o nível fundamental incompleto na área rural do que nas cidades. Para todos os demais níveis de escolaridade

1-Dados do IBGE, do Censo 2010, indicam que há na área urbana cerca de seis milhões e quatrocentas mil mulheres a mais do que o número de homens; e na área rural, cerca de um milhão e duzentos mil homens a mais do que o de mulheres.

(fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo), os jovens das cidades estudam mais do que os jovens no campo.

Na população rural, somente há uma proporção maior de homens do que de mulheres na faixa com até quatro anos de estudo. Daí em diante, as mulheres sempre têm mais tempo de estudo do que os homens, ou seja, as mulheres no campo se educam mais do que os homens. Este resultado mostra que é preciso um forte esforço para ***MELHORAR A QUALIFICAÇÃO*** no campo e que, para os homens, a dificuldade é ainda maior.

MELHORAR A QUALIFICAÇÃO
A QUALIFICAÇÃO É MELHORADA QUANDO O JOVEM RURAL SE EDUCA NA ESCOLA E/OU RECEBE TREINAMENTO PARA TRABALHAR E PRODUZIR MELHOR.

Os homens são os responsáveis pela maior parte das casas, no campo e nas cidades

Na área rural, em 82% das casas os homens são os responsáveis, sendo a mulher a responsável em apenas 18% das casas. Na área urbana, há 36,3% de mulheres responsáveis pela casa, um número muito maior do que no campo.

A consequência é que na hora de dividir a herança da terra, em geral os filhos homens são os escolhidos para herdar a terra, em comparação com as filhas. Isto cria muito mais oportunidades para os homens e é possível que seja um dos motivos que fazem com que as mulheres saiam para a cidade em busca de outras oportunidades.

EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS
SÃO AS MOBÍLIAS E APARELHOS COMO FOGÃO, GELADEIRA, TV, RÁDIO, FERRO ELÉTRICO, LIQUIDIFICADOR E OUTROS.

As casas nas áreas rurais têm menos aparelhos domésticos

As casas das cidades têm, em geral, mais ***EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS*** (fogão, rádio, TV, geladeira, filtro, máquina de lavar, telefone) e serviço de luz elétrica do que as casas das áreas rurais. Isto faz com que seja mais confortável viver nas casas das cidades. A única exceção é o freezer: no campo a proporção de freezer é maior do que nas casas das cidades.

É provável que muitos deixem o campo pensando em levar uma vida com maior conforto nas cidades.

FOSSAS SÉPTICAS
TIPO DE SERVIÇO DE ESGOTO ONDE OS DEJETOS SÃO TRATADOS DE MANEIRA A QUE NÃO CONTAMINEM AS ÁGUAS DESTINADAS AO CONSUMO.

As casas nas áreas rurais têm menos serviços de água e esgotos

Saneamento básico é um tipo de serviço público que melhora as condições de vida, ajudando a saúde da população; para o campo, o serviço de saneamento básico tem a ver com o abastecimento de água e com o recolhimento do esgoto nas casas. Enquanto 61,4% das casas na área urbana têm rede coletora de esgoto, apenas 6,9 % das casas rurais têm este serviço. No campo são também usadas as ***FOSSAS SÉPTICAS*** (em 24,7% das casas) ou ainda as ***FOSSAS NEGRAS*** ou outro tipo de serviço, para a maior parte das casas rurais (68,4%). A solução mais adotada para coletar o esgoto nas casas rurais (fossa negra) pode ser perigosa para a saúde das pessoas.

FOSSAS NEGRAS OU OUTRO TIPO DE SERVIÇO
TIPO DE SERVIÇO DE ESGOTO EM QUE OS DEJETOS SÃO LANÇADOS EM FOSSA RUDIMENTAR, OU DIRETAMENTE EM VALA, RIO, LAGO OU MAR.

Outro serviço importante para as casas, o de água encanada, existe em 97% das casas

urbanas e em 68,8% das casas rurais. Há muito mais casas com água encanada na região Sul (95,3%), Sudeste (89%) e Centro-Oeste (87,6%) do que nas regiões Norte (53,3%) e Nordeste (50,4%).

A agricultura é uma atividade importante para os que moram no campo

Na área rural o trabalho na agricultura ocupa muita gente. A agricultura é o meio de vida de muitas pessoas e pode ser a responsável pela permanência ou pela saída dos jovens do campo.

Há mais homens que mulheres trabalhando na agricultura

Em 2006, havia 67% de homens e 33% de mulheres fazendo agricultura. Esta proporção de homens aumentou para 69,3 %, em 2009, ao mesmo tempo em que diminuiu a de mulheres para 30,7%.

O trabalho na agricultura dificulta a educação dos jovens

No meio rural, os homens começam a trabalhar cedo e 95% deles iniciam o trabalho antes dos 17 anos. As mulheres fazem o mesmo que os homens, sendo que 90% delas começaram a trabalhar antes dos 17 anos. Assim, tendo que trabalhar numa idade em que deveria estar na escola, a educação dos jovens rurais fica prejudicada, fazendo com que muitos deixem muito cedo de estudar.

Estas condições da vida no campo já indicam algumas das possíveis razões para que o jovem rural (ou a jovem rural) escolha viver nas cidades:

a. Dificuldades para constituir uma família, pelo maior número de homens que de mulheres no campo;

b. Menor qualidade de serviços para casas e comunidades rurais, em comparação com a de serviços nas cidades;

c. Dificuldades para conseguir educação e qualificação profissional no campo, tanto para os rapazes como para as moças.

d. Maior dificuldade de acesso à terra por meio de herança, ainda maior no caso das jovens rurais.

CONTAG (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA E FETRAF (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR) SÃO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE DEFENDEM OS INTERESSES DA AGRICULTURA FAMILIAR. SÃO REPRESENTADAS, NOS MUNICÍPIOS, POR SINDICATOS RURAIS LIGADOS A ELAS.

As entrevistas realizadas com gestores do Ministério de Desenvolvimento Agrário e com representantes de juventude rural (***CONTAG E FETRAF***) indicaram também como desejos não satisfeitos dos jovens rurais, que os levam a mudar para a cidade:

a. Acesso à terra (mencionado por eles como a demanda mais importante):

"Acho que duas demandas são acesso à terra e a questão da educação.

Hoje, tem algumas políticas para acesso à terra, mas são políticas muito limitadas, são políticas que não estão na realidade dos jovens, que o jovem não consegue acessar porque não foram pensadas para o jovem...".

b. Busca por educação (em segundo lugar):

> ***"A educação, porque hoje o jovem que não tem terra está demandando educação. O jovem que já tem terra ou trabalha na terra da família também está demandando educação. ...[A] educação que a gente busca no campo e lá não tem a gente busca na cidade."***

c. Falta de serviços sociais (internet, lazer, esportes) que tornassem mais atraente a vida no campo, e que, inclusive, permitissem aos jovens a obtenção de renda:

> ***"Além da terra e crédito, nós queremos ficar no campo, mas não só pela produção. Os jovens querem educação, esporte, lazer e cultura não apenas como entretenimento, mas como fonte de renda também..."***

d. Desejo de que o campo seja um bom lugar para viver, por meio da renda que possam conseguir com o trabalho no campo, de modo a que possam ter coisas que hoje não podem. Disse um representante da juventude rural:

> ***"A juventude fica ali (no campo) pelo desejo de transformar aquele lugar. Nós não queremos ter a mesma vida dos nossos pais e avós, porque nós vimos estas pessoas trabalhando, trabalhando só para comer e sem ter um desenvolvimento. Nós não queremos isto para nós, queremos trabalhar para comer e para vender e ter condições de adquirir outras coisas necessárias para as nossas vidas."***

Além destas razões, outros estudos também apontaram como possíveis motivos para os jovens deixarem o campo:

a. Dificuldades encontradas pelos jovens rurais para conseguir recursos para suas necessidades de consumo, os quais podem ser obtidos mais facilmente nas cidades;
b. Atração maior pelas condições de vida nas cidades do que do campo e desvalorização da vida e do trabalho no campo;
c. Melhores condições de trabalho nas cidades;
d. Oferta de trabalho (em geral maior nas cidades do que no campo);
e. Condições pouco favoráveis que alguns jovens enfrentam para conseguir renda a partir da terra.

Acesso à terra, dificuldades para constituir uma família (pelo maior número de

homens que de mulheres no campo), má qualidade dos serviços com que contam as pessoas e famílias que moram na área rural, pouca condição para conseguir maior educação e as dificuldades enfrentadas pelos jovens para herdar a terra de seus pais foram apontadas pela maioria dos os estudos anteriores como as razões mais relevantes para que os jovens abandonem o campo.

Os jovens rurais entrevistados no Paraná e em Pernambuco também disseram quais razões eram mais importantes para que resolvessem deixar a terra, e quais eram mais importantes para que decidissem ficar no campo.

Cada razão apontada nos estudos anteriores foi transformada em várias perguntas; por exemplo, em relação a condições para conseguir renda para a agricultura, se perguntava sobre a qualidade da terra (no local onde os jovens vivem) e se naquele local havia boas condições (dinheiro para o plantio, máquinas, estradas) para a plantação ou criação.

Para os jovens que haviam indicado que queriam ficar no campo, a pergunta falava de uma boa coisa da área rural; para o jovem que havia dito que queria sair do campo, a pergunta apresentava uma má coisa do local onde o jovem vivia. Por exemplo, sobre herança da terra, a pergunta para os que queriam ficar era: "Você tem chances de herdar a terra?"; e para os que queriam deixar o campo: "Suas chances de herdar a terra de seus pais são pequenas?" Em seguida, perguntava-se sobre a importância desta razão para a decisão de ficar ou sair.

No Quadro a seguir são apresentadas as razões mais importantes para ficar no campo ou para sair do campo (a primeira razão é a mais importante e assim por diante).

RAZÕES MAIS IMPORTANTES PARA FICAR OU DEIXAR O CAMPO

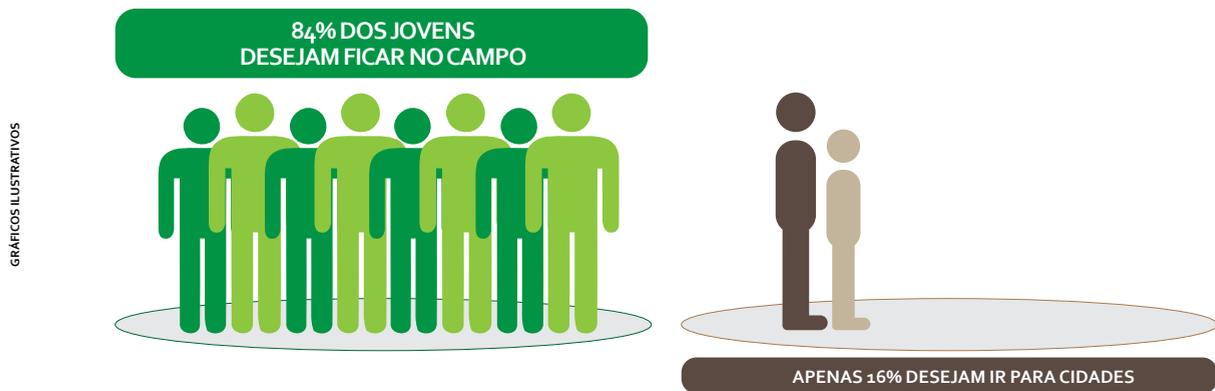
RAZÕES PARA FICAR NO CAMPO	RAZÕES PARA DEIXAR O CAMPO
• Ter terra para continuar na agricultura;	• Maior chance de qualificação profissional fora do campo;
• Segurança da vida no campo;	• Pouca oportunidade de trabalho no campo;
• Satisfação com o trabalho no campo;	• Possibilidade de melhoria de qualidade de vida no lugar onde vai morar;
• Satisfação com a vida do campo;	• Possibilidade de ter outras atividades, além de trabalho, em outro lugar;
• Facilidade para formar uma família no campo;	• Ganhos no campo insuficientes para atendimento das suas necessidades;
• Vontade de criar os filhos no campo;	• Desejo de que os filhos tenham outra profissão, diferente da agricultura;
• Qualidade da terra para a agricultura;	• Dificuldades da vida no campo, de modo geral;
• Facilidade da vida no campo;	• Necessidade de deixar o campo para estudar mais;
• Liberdade que tem para tomar as decisões que precisa tomar;	• Falta de condições para conseguir renda da agricultura;
• Dificuldades da vida em outro lugar;	• Falta de serviços de internet, transporte e lazer de qualidade no campo;
• Exemplo dos pais e sua satisfação por viver no campo;	• Rigor (dureza) do trabalho no campo.
• Falta de atratividade do trabalho na cidade;	
• Disponibilidade, no campo, das condições que precisa para viver;	
• Projeto para que os filhos trabalhem na agricultura;	
• Disponibilidade, no campo, de alimentos e casa barata.	

Os jovens rurais apontam um número menor de razões para deixar o campo do que para permanecer na terra. Separando as respostas de rapazes e moças, o que se vê é que homens e mulheres concordam com as seguintes razões para ficar no campo: a satisfação com a vida e com o trabalho no campo, a segurança da vida no campo e ter acesso à terra para trabalhar na agricultura.

Os homens veem mais razões para ficar no campo do que as mulheres. Por sua vez, as mulheres falam sobre um maior número de razões para deixar a área rural do que os homens.

AS RAZÕES DADAS PELOS ENTREVISTADOS PARA FICAR NA TERRA OU PARA DEIXÁ-LA SÃO IMPORTANTES PARA MELHORAR AS POLÍTICAS PARA O JOVEM. POR EXEMPLO, JÁ QUE ACESSO À TERRA E CONDIÇÕES PARA A PRODUÇÃO SÃO RAZÕES PARA FICAR NA TERRA, AS POLÍTICAS PARA O JOVEM PODEM MELHORAR PARA FACILITAR O ACESSO À TERRA E O TRABALHO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA; SE A BUSCA POR EDUCAÇÃO É UMA DAS RAZÕES PARA SAIR DO CAMPO, AS POLÍTICAS PODEM DAR FACILIDADE PARA QUE OS JOVENS RURAIS (ESPECIALMENTE AS MULHERES) CONSIGAM TER A EDUCAÇÃO QUE DESEJAM NO PRÓPRIO CAMPO.

Mas o jovem quer mesmo deixar a sua terra? Quando se perguntou aos entrevistados se tinham vontade de deixar a terra ou de ficar no campo, a grande maioria (nos dois municípios, homens ou mulheres, com ou sem terra) disse que **PREFERIA FICAR NA TERRA. I**sto fica claro na Figura a seguir**.**

GRÁFICOS ILUSTRATIVOS

EM CADA 100 JOVENS RURAIS, 84 QUEREM CONTINUAR NO CAMPO. Esta é uma proporção alta; em geral, as pessoas poderiam esperar que ela fosse menor, olhando para o que aconteceu no País com a saída das pessoas do campo para as cidades.

As famílias dos jovens têm um papel muito importante sobre a intenção dos jovens de ficar ou sair da terra, na forma como se dedica ao trabalho, e nos seus projetos futuros em geral. Sobre isso, uma representante da juventude rural contou o seguinte:

> ***"... em casa era o meu pai quem definia as datas do que se tinha de fazer, tal dia é o dia de plantar, de colher e depois de vender, vamos comprar isso e aquilo, minha mãe não podia opinar em nada e nós também. O dia que eu disse que ia fazer meu próprio roçado, ele quase teve um piripaque, eu apanhei até dizer chega! Ele era o chefe da família. Essa realidade no campo perdura até hoje. A falta de autonomia das mulheres na família leva principalmente as mais jovens a sair para estudar, geralmente ficam na casa de parente ou vão ser empregadas domésticas na casa de alguém. Elas preferem estudar desejando ter um emprego fora do campo para não ficar e casar com um jovem agricultor e passar pelas mesmas condições. É o marido quem vai ditar as regras, ela vai sair do comando do pai para o comando do marido."***

As famílias também influenciam as decisões dos jovens sobre a permanência no campo e sobre educação, por pensar que o campo não oferece as melhores oportunidades de futuro. Veja o que disse um gestor:

> ***"O jovem sai do campo para estudar e estuda para sair do campo. Desde sua infância ele ouve seus pais dizerem - vai estudar, menino, para não ter que ficar na terra. A vida é tão dura para as famílias agrícolas, estão tão distante de tudo: das facilidades, da tecnologia, de apoio do governo, de serem vistos pela sociedade, que os pais não desejam a mesma vida para seus filhos e acabam dizendo a eles para estudar na cidade."***

No dizer dos gestores e representantes de juventude, as moças acham que trabalhando nas cidades têm mais chances de serem independentes, de não receber ordens da família. Elas têm menor participação no trabalho da terra, menor chance de herdar a terra; maior tempo de escola após o ensino fundamental; menor desejo de permanecer no meio rural, menos vontade de trabalhar na agricultura, maior oferta de trabalhos nas cidades, maior carga de trabalho (no meio rural) do que nas cidades; possuem mais acesso à formação profissional nas cidades. Os rapazes, especialmente se casados, em geral têm maior intenção de permanecer na terra.

Os jovens rurais entrevistados no Paraná e em Pernambuco também indicaram que

recebiam orientações de suas famílias sobre ficar/permanecer no campo, estudar ou procurar trabalho nas cidades, trabalhar na agricultura ou em casa. Também foram analisadas as diferenças de orientação recebida pelos jovens rapazes e pelas jovens moças.

Dentro das famílias, os jovens rurais são orientados pelos pais a estudar e a permanecer na roça (ao invés de mudar para as cidades). Um resultado interessante é o de que homens são mais incentivados a estudar do que as mulheres, nos dois municípios. É possível que as famílias achem mais importante o estudo para os filhos e, já que as moças querem estudar, estejam orientando mais os filhos homens para a escola.

As mulheres, por sua vez, recebem pouca orientação para o trabalho na terra dos pais; elas são mais orientadas para trabalharem na casa de suas famílias.

Sobre conseguir a propriedade da terra, caso o jovem resolva ficar na sua comunidade, as famílias também têm algo a dizer. Em Congonhinhas, as mulheres são muito pouco orientadas pelas famílias a ter terra, por qualquer dos programas de acesso à terra (assentamentos da reforma agrária ou crédito fundiário), enquanto os homens são bastante orientados a buscar terra pela reforma agrária, e pouco para a obtenção de terra pelo programa de crédito fundiário.

Em Petrolina, há orientação parecida para que os rapazes e moças sem terra se candidatem nos programas de acesso à terra.

As orientações recebidas das famílias certamente influenciam as decisões dos jovens. Em qualquer caso, estas orientações mostram como a decisão sobre continuar morando no campo (ou sair deste lugar para a cidade mais próxima) é importante, dentro da vida das famílias.

No próximo capítulo, o foco vai estar nas políticas e programas de acesso à terra, e nos programas de apoio à produção rural (crédito rural e assistência técnica e extensão rural (ATER)).

3

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS JOVENS RURAIS

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE CAPÍTULO:

- Como estavam e como estão as políticas de desenvolvimento?
- A visão dos representantes de juventude sobre essas políticas;
- A visão dos gestores sobre as políticas que gerenciam;
- A visão dos jovens entrevistados na pesquisa de campo, sobre as políticas de desenvolvimento;
- Jovens rurais, produção agrícola e renda obtidas da terra.

POLÍTICAS DE ACESSO A TERRA
SÃO AS POLÍTICAS QUE APOIAM OS TRABALHADORES SEM TERRA A CONSEGUIR TERRA, POR REFORMA AGRÁRIA OU POR FINANCIAMENTO DE IMÓVEL RURAL.

POLÍTICAS DE APOIO À PRODUÇÃO
SÃO AS AÇÕES DO GOVERNO PARA FINANCIAR A CRIAÇÃO OU PLANTAÇÃO, E PARA ORIENTAR OS PRODUTORES A MELHORAR SUA CRIAÇÃO OU PLANTAÇÃO.

No capítulo 2 foi mostrado por que os jovens saem ou ficam no campo, a partir do que dizem vários estudos sobre a juventude rural; o que pensam sobre o assunto os gestores de políticas públicas, as lideranças dos jovens rurais e a opinião dos próprios jovens entrevistados.

Neste capítulo vai ser mostrado algo muito importante para o futuro da juventude rural: o que o governo está fazendo para melhorar as condições de vida dos jovens rurais nas suas comunidades. Vai-se mostrar como são as políticas de desenvolvimento agrário (isto é, ***POLÍTICAS DE ACESSO À TERRA*** por reforma agrária ou crédito fundiário, e como são as ***POLÍTICAS DE APOIO À PRODUÇÃO***).

A posse da terra é um dos sonhos de todos que vivem no campo. Para os jovens rurais, é uma forma de garantir um meio de vida em suas comunidades. As políticas de acesso à terra são um meio para que o jovem possa realizar seu sonho.

Mas, para isso, é preciso conhecer o que o governo oferece e como as coisas são feitas, o que cada um tem direito e aonde ir para buscar informação, como conseguir crédito rural, receber assistência, vender a produção ou até reclamar do que não está funcionando.

Na primeira parte do capítulo são apresentadas as políticas de acesso à terra (por reforma agrária ou financiamento do lote pelo crédito fundiário) e de apoio à produção agrícola. Na segunda parte do capítulo, são mostradas as opiniões de gestores e representantes de juventude sobre estas políticas; na última parte, é mostrada a experiência dos entrevistados na pesquisa de campo com as políticas de acesso e de suporte à produção.

3.1 POLÍTICAS DE ACESSO À TERRA PARA O JOVEM RURAL – O QUE O GOVERNO OFERECE

II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (OU PNRA)
DO INCRA É UM PLANO DO GOVERNO PARA DAR ACESSO A TERRA A QUEM NÃO TEM.

A política de acesso à terra que vigora desde 2005 está descrita no ***II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (OU PNRA)***. Este Plano diz quem pode participar da Reforma Agrária:

> ***"O público do PNRA inclui, além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outras partes da população que habita os municípios rurais... que chega a cerca de 50 milhões de pessoas".***

Para o PNRA, a juventude rural é parte da população do campo a ser atendida por esta política. Há dois programas do PNRA para a distribuição de terra que podem interessar aos jovens: o primeiro programa é o de reforma agrária tradicional, que desapropria terras que não estão sendo usadas e distribui estas terras aos candidatos selecionados; o segundo seleciona candidatos a ***FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO*** para a compra de propriedades rurais. A seguir se descreve como cada um desses programas funciona.

FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO É UM EMPRÉSTIMO FEITO PARA FINANCIAR A COMPRA OU A EXPLORAÇÃO DE UM LOTE PARA SER PAGO EM ATÉ 20 ANOS.

Programa de Acesso à Terra por Reforma Agrária

Este Programa de acesso à terra é executado pelo INCRA. Há várias formas pelas quais o INCRA consegue terra para a Reforma Agrária; as mais comuns são a desapropriação de terras improdutivas, o uso de ***TERRAS DEVOLUTAS*** da União e a compra de terras de terceiros. Seja qual for a forma, a terra é repartida entre os candidatos que o programa aceita como beneficiários. As regras gerais da Reforma Agrária dão mais pontos para famílias maiores, menor renda, com maior tempo de residência e maior idade, entre outros. No entanto, no início de 2013, o INCRA estabeleceu novas regras, que garantem (em assentamentos com mais de vinte lotes) que 5% sejam destinados aos jovens (entre 18 e 29 anos), sem considerar as regras gerais (tamanho da família, renda, residência e outros). E que em caso de existência de lotes vagos em um assentamento, o jovem rural seja o primeiro a ser considerado para conseguir a terra.

TERRAS DEVOLUTAS TERRAS PÚBLICAS QUE NÃO PERTENCEM A NINGUÉM. AS QUE SE ENCONTRAM EM REGIÕES DE FRONTEIRA SÃO DA UNIÃO.

O Programa de Reforma Agrária também oferece aos beneficiários uma ajuda financeira chamada Crédito Instalação, que segundo diz o INCRA:

> ***"O Crédito Instalação é financiado aos beneficiários da reforma agrária, para que eles possam se instalar no lote, começar a trabalhar a terra ou executar os projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária."***

O Crédito Instalação tem as seguintes formas: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido. Serve para atender as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de casas e atender necessidades de água das famílias dos projetos de assentamento.

O QUE O JOVEM RURAL (IDADE NÃO SUPERIOR A 29 ANOS) DEVE FAZER PARA CANDIDATAR-SE AO ACESSO À TERRA PELA REFORMA AGRÁRIA:

PASSO 1: Buscar informações sobre como cadastrar-se como candidato à terra pelo Programa Nacional de Reforma Agrária: quais os documentos necessários, quais as regras para ser escolhido. Para isto, o jovem interessado pode escrever, telefonar ou ir à Superintendência Regional ou à Unidade Avançada do INCRA mais próxima ou, ainda, caso seu município tenha convênio com o INCRA, à Unidade Municipal de Cadastramento (UMC), ligada à Prefeitura de seu município.

Neste contato com a Superintendência Regional ou com a UMC, o jovem deve perguntar também onde tem assentamentos com vagas (por abandono ou desistência de beneficiários), ou sobre grupos formados que estejam pedindo acesso à terra em novos assentamentos;

PASSO 2: Se possível, o jovem interessado deve fazer contatos e visitar as associações e/ou lideranças e também conhecer os assentamentos que tenham lotes vagos do seu interesse, ou procurar grupos que estejam em formação para pleitear assentamento. Esse passo é importante, pois o candidato deve ter amizade com o grupo de assentados, e também deve ser aceito por eles, para fazer parte de uma comunidade;

PASSO 3: Cadastrar-se preenchendo o Formulário de Inscrição ao Programa Nacional de Reforma Agrária, fornecido pela Superintendência Regional ou pela Unidade Avançada mais próxima do INCRA ou, ainda, caso seu município tenha convênio com o INCRA, pela Unidade Municipal de Cadastramento (UMC).

- ## O QUE O JOVEM NÃO DEVE FAZER:

O jovem rural **NÃO** deve ocupar lotes em assentamento já existente, sem que esteja autorizado pelo **INCRA**. Sem esta autorização, o jovem pode perder a posse da terra e o que gastou no lote. Pode até ficar sem direito de pedir acesso à terra por meio da Reforma Agrária. Também não pode receber os créditos de instalação e de suporte à produção e não conseguirá tirar o título de propriedade do lote.

O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF) E O JOVEM RURAL

Outra forma de acesso à terra para o jovem rural é o financiamento de propriedade rural dentro do ***PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF)***.

Até 2013, o PNCF do Ministério do Desenvolvimento Agrário tinha duas linhas de financiamento para compra da terra: uma chamada de ***COMBATE À POBREZA RURAL (CPR)*** e outra chamada ***CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (CAF)***. As regras de funcionamento (ou critérios de elegibilidade) para estas duas linhas são muito parecidas. Podem ser financiados para compra de terra pela CPR os candidatos com renda anual entre nove e quinze mil reais e pela CAF os candidatos com uma renda anual entre quinze e trinta mil reais. A linha Combate à Pobreza Rural foi planejada para financiar as pessoas mais pobres do meio rural.

Antes não havia regras em nenhuma das duas linhas para dar vantagem aos mais jovens. Tanto o CAF, como o CPR atendiam e atendem desde os jovens de 16 anos em diante, até os idosos. Os candidatos devem ter experiência na agricultura – como também é o caso nos programas de reforma agrária. A regra para o jovem que quer ser financiado pela linha CPR permite que ele mostre a sua experiência pela frequência à escola no meio rural ou pelo próprio trabalho na agricultura. Para o jovem rural que quiser o financiamento da terra pela linha CAF, o tempo de escola pode ser usado para mostrar sua experiência em agricultura.

As regras do PNCF foram mudadas há pouco tempo, para a criação de uma linha de financiamento **SOMENTE PARA OS JOVENS DE 18 A 29 ANOS.**

Mudanças no Programa Nacional de Crédito Fundiário

O ***CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)*** fez muitas mudanças nas regras do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em 2013. A principal mudança foi a criação de uma linha de financiamento de terras chamada de Nossa Primeira Terra (ou NPT). A Tabela a seguir mostra as regras que os candidatos devem atender para se candidatar a um financiamento das linhas CPR, NPT (esta só para os jovens rurais) e CAF neste ano (2013).

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF). É UMA POLÍTICA DO GOVERNO PARA FINANCIAR A COMPRA DA TERRA PELOS AGRICULTORES FAMILIARES (INCLUSIVE PELOS JOVENS RURAIS), COM UM PRAZO DE ATÉ 20 ANOS PARA PAGAR.

COMBATE À POBREZA RURAL (CPR) É UMA LINHA DO PNCF QUE FOI FEITA PARA APOIAR OS AGRICULTORES FAMILIARES MAIS POBRES (COM MENOR RENDA FAMILIAR ANUAL E MENOR PATRIMÔNIO).

CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (CAF). É UMA LINHA DO PNCF QUE FOI FEITA PARA APOIAR AGRICULTORES FAMILIARES POBRES, QUE APRESENTAM RENDA E PATRIMÔNIO MAIORES DOS QUE OS AGRICULTORES ATENDIDOS PELO CPR.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) É O ÓRGÃO DO GOVERNO QUE CRIA E MUDA AS REGRAS (QUANDO NECESSÁRIO) DE FINANCIAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA E DO CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.

Condições (regras) para obter financiamento de terra por linha de crédito do PNCF.

NOSSA PRIMEIRA TERRA
É UMA LINHA DE FINANCIAMENTO DO PNCF QUE FOI FEITA PARA APOIAR OS JOVENS RURAIS (COM IDADE ENTRE 18 E 29 ANOS) NA COMPRA DO SEU PRIMEIRO LOTE DE TERRA.

LINHAS DE CRÉDITO	JUROS (AO ANO.)	RENDA ANUAL DO CANDIDATO	PATRIMÔNIO DO CANDIDATO	EXPERIÊNCIA NA AGRICULTURA E FORMAS DE ACESSO
Combate à Pobreza Rural (CPR)	0,5%	Até R$ 9 mil	Até R$ 15 mil	
NOSSA PRIMEIRA TERRA (NPT) (18 A 29 ANOS)	***1,0%***	***ATÉ R$ 15 MIL***	***ATÉ R$ 30 MIL***	5 anos Coletivo Individual
Consolidação da Agricultura Familiar	2,0%	Até R$ 15 mil	Até R$ 30 mil	
Limite de Crédito			R$ 80 mil por Beneficiário	
Recursos para ATER (parte do financiamento)			R$ 7.500,00, dividido por até 5 anos	
Prazo de Financiamento			20 anos, com 3 de carência	

A linha de financiamento NPT criou boas condições para o jovem rural adquirir a sua propriedade. Os juros do financiamento são baixos, o prazo para pagar o financiamento é longo, com três anos para começar a pagar as parcelas (prazo de carência); o valor financiado permite que se possa comprar um bom lote e há recursos para pagar assistência técnica por cinco anos, enquanto o projeto se desenvolve. Estas novas regras incentivam o jovem rural, na idade entre 18 a 29 anos, a candidatar-se ao crédito fundiário.

Uma vantagem adicional do PNCF para o jovem rural é o selo chamado Nossa Primeira Terra. Este selo é uma quantia a mais de até R$ 3.000,00 (três mil reais) por participante do financiamento de grupo organizado em associação, com pelo menos 70 % de financiados com idade entre 18 e 28 anos, sendo os 30% restantes com idade até 32 anos, para executar projetos de produção comunitários, que atendam as demandas da juventude rural.

Em conclusão, a partir de 2013, o jovem rural conta com uma linha de crédito fundiário para ele, com condições especiais para este grupo.

É claro que depois de ser financiado e encontrar uma terra que possa ser trabalhada, o jovem proprietário terá que trabalhar duro para produzir e para vender a sua produção. A assistência técnica de qualidade deve ajudar na hora de escolher a terra, na hora de escolher o que plantar ou criar e na hora de vender a produção. Fazendo boas escolhas nestes momentos, o novo proprietário poderá crescer junto com a sua produção e garantir o sustento da família.

O QUE O JOVEM RURAL (IDADE NÃO SUPERIOR A 29 ANOS) DEVE FAZER PARA CANDIDATAR-SE AO ACESSO À TERRA PELO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO - PNCF:

PASSO 1: : Buscar informações sobre como ter acesso à terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário: quais as informações que deverá dar sobre si (e sua família, caso seja casado), os documentos necessários, quais as linhas de financiamento e as regras para participar (perguntar sobre financiamentos no Programa Nossa Primeira Terra).

Estas informações podem ser obtidas junto ao Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTRs) do seu município ou a outras organizações sindicais ou ONGs que trabalhem com o PNCF.

PASSO 2: O jovem candidato deve participar das palestras sobre o PNCF e ler as cartilhas, apostilas, ver os vídeos, preparando-se para conhecer e participar do PNCF.

PASSO 3: Participar da formação de grupos de beneficiários que vão fazer parte de um projeto de assentamento do PNCF.

PASSO 4: O jovem deve procurar para comprar os lotes que sejam melhores para a criação ou plantação que ele quer explorar.

PASSO 5: Buscar assistência técnica (na EMATER ou em empresa privada de assistência técnica) para avaliar se a terra escolhida tem boa qualidade, se o que ele deseja explorar na terra tem chances de dar certo, nas condições do imóvel.

Para fazer os passos 2 a 5 é importante que o candidato possa contar com a assistência e apoio da organização sindical de trabalhadores rurais e agricultura familiar e da assistência técnica pública (EMATER) ou privada.

O passo seguinte é a preparação do projeto de financiamento. O candidato ao lote também deve procurar a assistência técnica pública (EMATER) ou privada para orientá-lo neste projeto.

O QUE O JOVEM NÃO DEVE FAZER:

NÃO deve ocupar lotes em assentamento já existente do Credito Fundiário, sem que esteja autorizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (PNCF). Sem esta autorização, o jovem pode perder a posse da terra e o que gastou no lote. Pode até ficar sem direito de pedir acesso à terra por meio do Programa. Também não pode receber os créditos para exploração da terra e não conseguirá tirar o título de propriedade do lote.

POLÍTICAS DE APOIO À PRODUÇÃO
SÃO AS AÇÕES FEITAS PELO GOVERNO PARA APOIAR OS QUE QUEREM PRODUZIR EM SEUS LOTES COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FINANCIAMENTO PARA INSTALAÇÃO E PARA A PRODUÇÃO.

CRÉDITO PARA CUSTEIO E INVESTIMENTOS
SÃO FINANCIAMENTOS OFERECIDOS PELO GOVERNO AOS AGRICULTORES FAMILIARES PARA PAGAR AS DESPESAS DA PRODUÇÃO (CRÉDITO DE CUSTEIO) E PARA PAGAR BENFEITORIAS (COMO CASAS, GALPÕES) E A COMPRA DE MÁQUINAS E OUTROS BENS (CRÉDITO DE INVESTIMENTO).

Políticas de Apoio à Produção

O Ministério do Desenvolvimento Agrário também oferece outras políticas e programas que podem beneficiar o jovem rural. São elas: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que garante o crédito rural para agricultores familiares; e a Política de Assistência Técnica para a Agricultura Familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Jovem Rural

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) oferece ***CRÉDITO PARA CUSTEIO*** e ***INVESTIMENTOS*** na produção agrícola para vários tipos de produtores familiares, com diferentes necessidades. As condições de taxas de juro anuais e de prazo de reembolso são mostradas no Quadro a seguir. Estas condições são válidas para o ano de 2013.

VALOR DE OPERAÇÕES (SOMADAS), EM CADA SAFRA	TAXA DE JUROS (AO ANO)	PRAZO DE REEMBOLSO	CONDIÇÃO ESPECIAL
Até R$ 10.000, por mutuário	1,5 %	Custeio agrícola: até 3 anos, para açafrão e palmito; 2 anos para demais culturas; Custeio pecuário: 1 ano Custeio aquicultura: 2 anos Custeio agroindústria: 1 ano	O mutuário poderá contratar nova operação de custeio na mesma safra, desde que o crédito se destine a lavoura diferente da anteriormente financiada
Acima de R$ 10.000 e até R$ 20.000	3%		
Acima de R$ 20.000 e até R$ 80.000	4%		

O jovem rural que conseguir sua terra pelo Programa de Reforma Agrária ou pelo Programa de Crédito Fundiário poderá ser financiado para produzir na terra pelo PRONAF nas categorias A e A/C.

Neste Programa, existe também uma linha de crédito só para jovens rurais chamada de Pronaf Jovem, que atende os filhos e filhas de famílias que foram já financiadas pelo PRONAF para a agricultura. Estes jovens irão explorar parcela da terra dos pais.

Os critérios gerais do Pronaf Jovem são os mesmos do PRONAF. Existem ainda critérios específicos: comprovar ter concluído ou estar cursando o último ano nos centros familiares rurais ou nas escolas técnicas agrícolas; ou comprovar ter participado de curso ou estágio de formação profissional com um mínimo de 100 horas; ou ter acesso à Assistência Técnica.

As condições de financiamento do Pronaf Jovem são as seguintes:

- Limite de financiamento por jovem: até R$ 15.000,00 (quinze mil reais), que só pode ser tirado uma vez para cada beneficiário;
- Juros do financiamento: 1% (um por cento) ao ano.
- Prazo para pagamento (ou prazo de reembolso): até 10 anos, com até três anos de ***CARÊNCIA***, a qual poderá ser aumentada para até cinco anos, quando o projeto técnico (feito pela Assistência Técnica) provar a sua necessidade.

CARÊNCIA
É O TEMPO QUE O AGRICULTOR QUE RECEBE UM EMPRÉSTIMO TEM PARA COMEÇAR A PAGAR.

A linha Pronaf Jovem permite que o jovem rural, filho de uma família que teve acesso à terra (por meio do Programa de Reforma Agrária ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário), possa usar parcela da terra de seus pais para produzir, tendo como financiar até R$ 12.000,00 para este projeto.

Porém, esta linha (Pronaf Jovem) apenas financia a produção agrícola na terra dos pais. O acesso à terra deve ser buscado por outras políticas.

> ***Para ser financiado pelo PRONAF e suas linhas, os jovens precisam fazer uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). O Ministério do Desenvolvimento Agrário ensina que "a DAP é usada como um documento de identificação do agricultor familiar para ter direito a políticas públicas, como o PRONAF. Para fazer a DAP, o agricultor familiar deve ir a um órgão ou entidade credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário…".***

Há dois tipos de DAP, uma chamada principal (isto é, de agricultores familiares que querem ser financiados pelas linhas de financiamento tradicionais do PRONAF), e uma chamada de acessória (que atende aos que pedem financiamento da linha Pronaf Jovem).

ÓRGÃO OU ENTIDADE CREDENCIADA
É UMA ORGANIZAÇÃO OU ENTIDADE QUE SEJA REPRESENTANTE LEGAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES OU QUE ESTEJA AUTORIZADA PELO GOVERNO PARA DAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO AGRICULTOR FAMILIAR OU AO JOVEM RURAL.

As entrevistas com os jovens rurais do Paraná e de Pernambuco mostraram que poucos jovens rurais fizeram a sua DAP. Como a DAP é exigida para que se possa acessar o crédito rural para a exploração da terra, isto mostra que os jovens rurais não se interessaram muito por este crédito, ou que não têm informações suficientes sobre ele (ou sobre a necessidade da DAP).

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Jovem Rural

> ***A assistência técnica e extensão rural é um dos apoios mais importantes para o sucesso da agricultura familiar. Ela deve preparar o produtor para trabalhar sua terra com técnicas que lhe permitam produzir mais sem prejudicar o meio ambiente. Deve também ajudar o produtor a escolher o que produzir na sua terra e como vender a sua produção.***

A ATER é tão importante que o governo criou uma Lei para garantir que os produtores rurais sejam atendidos.

A Lei de ATER diz o que é assistência técnica e extensão rural:

> ***"Serviço de educação no meio rural, para orientar a administração, a produção, o beneficiamento e a comercialização na agricultura e em trabalhos não agropecuários, nas atividades agro extrativistas, florestais e artesanais".***

PNATER (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL) POLÍTICA FEITA PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PARA APOIAR A AGRICULTURA FAMILIAR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A ***PNATER*** ensina como o jovem rural deve ser beneficiado pela ATER:

> ***"Oferecer ATER para a capacitação e orientação da juventude rural, para apoiar a sua permanência na sua comunidade, de modo a garantir que a produção do meio rural continue no futuro".***

A primeira ação específica de ATER para o jovem rural ocorreu em 2012, com Chamada Pública de ATER dirigida a estes jovens.

3.2 POLÍTICAS PARA O JOVEM RURAL: O QUE DIZEM OS GESTORES E OS REPRESENTANTES DE JUVENTUDE

Nesta pesquisa, os gestores de políticas públicas e representantes de juventude rural deram as suas opiniões sobre o que querem os jovens do campo e sobre como estão funcionando as políticas e programas de governo existentes, e se atendem ao que os jovens precisam.

A opinião dos gestores é valiosa porque são estes profissionais que têm a responsabilidade de fazer com que as políticas e programas aconteçam no campo. Já os representantes de juventude rural são jovens que estão nos principais sindicatos dos trabalhadores rurais ou em movimentos sociais. Estes representantes estão perto dos jovens rurais em suas comunidades e sabem com que eles estão satisfeitos e o que eles gostariam que melhorasse nas políticas e programas para a juventude rural.

Estas opiniões são muito importantes para orientar melhorias nas políticas e programas de governo para a juventude rural.

Que mudanças querem os jovens rurais no Programa Nacional de Reforma Agrária

Os programas de acesso à terra por meio de reforma agrária foram criticados pelos entrevistados. Muitos pensam que a reforma agrária oferece terra sem recursos para

sua exploração pelos assentados, o que não atende as suas necessidades. Dessa forma, o jovem rural seria ainda mais prejudicado. Há pouca informação sobre a presença de jovens nos sistemas de controle destes programas. E existe ainda a crítica de que estes programas não possuem políticas próprias para o assentamento de jovens rurais.

Um gestor comenta que o acesso à terra para os filhos de assentados é difícil, pois:

> ***"... no Plano Nacional de Reforma Agrária: jovem começa como criança como filho de assentado, depois tem que começar tudo de novo, não se pensou em incluir os jovens que já estão nos assentamentos, que já têm suas próprias famílias. Na reforma agrária, há problemas com a regra, que beneficia pessoas mais velhas; quando o jovem consegue entrar no sistema ele é o último da fila." (Gestor).***

Em relação a dificuldades do jovem rural, os entrevistados apontam a questão dos ***CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE*** e como estes não favorecem a seleção de jovens rurais como participantes da Reforma Agrária.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE
SÃO AS REGRAS QUE UM JOVEM RURAL OU UM AGRICULTOR FAMILIAR TÊM QUE SEGUIR PARA SE CANDIDATAR A RECEBER UM FINANCIAMENTO OU ADQUIRIR UM LOTE DE TERRA NO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA.

Além dos critérios de elegibilidade, o acesso a outras políticas de apoio à produção (como crédito rural, assistência técnica, etc.) – é difícil para os jovens assentados, o que torna muito difícil a participação do jovem rural em programas de reforma agrária.

Como resultado, os jovens assentados acabam por deixar os assentamentos e suas famílias, buscando oportunidades por meio de outras políticas (como a de crédito fundiário) ou outra atividade nas cidades:

> ***"O grande problema que a Reforma Agrária tem hoje com a juventude rural é que, apesar dos avanços obtidos nesses últimos anos, ainda não se consegue ter, no campo, a oferta dos "serviços sociais" que se tem nas cidades. [O resultado] é o envelhecimento dos assentamentos pela saída da juventude. A regra geral é que quando o jovem atinge um nível escolar que não lhe permite continuar os estudos, quer seja no assentamento ou perto dele, ele sai para a cidade". (Gestor).***

Outro Gestor falou sobre o problema da falta de diversão nos assentamentos:

> ***"... O acesso à cultura, à diversão é muito limitado, mesmo no Nordeste, onde há muita festa do povo... No assentamento você não tem uma quadra de esporte, um centro cultural, uma biblioteca, uma videoteca..." (Gestor).***

Que mudanças querem os jovens rurais, no Programa de Crédito Fundiário

Outro programa de acesso à terra avaliado pelos gestores e representantes da juventude rural entrevistados é o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Para eles:

"O Crédito Fundiário tem atendido melhor aos jovens. Os resultados do Programa mostram muitos jovens atendidos. Porém, um problema para os jovens é conseguir financiamento da produção, quando compra a terra". (Gestor).

"O Crédito Fundiário é muito bom para o jovem, os jovens têm conseguido pegar empréstimo para pagar em longo prazo, o que mostra o interesse da juventude para ficar no campo produzindo." (Representante de juventude rural).

Mas os gestores e representantes da juventude rural também mostraram coisas que devem mudar, para atender melhor os jovens. Eles disseram:

"... Os maiores problemas na escolha das terras acontecem nas áreas do PNCF, pois como as famílias têm mais peso na decisão, muitas vezes, a vontade de ter a terra faz com que se escolha uma terra fraca." (Representante de juventude rural).

Para um dos gestores entrevistados, as jovens rurais (mulheres) têm ainda mais dificuldades para acesso à terra por meio do crédito fundiário, do que os jovens rurais (homens). Ele falou:

"Mesmo que a mulher participe da produção pecuária, ela é vista pelos outros como auxiliar e não como a que é capaz de fazer o trabalho braçal. Essa forma de ver as coisas, embora errada, é prejudicial às moças, e existe até mesmo nas comunidades rurais." (Gestor).

Para ter acesso à terra nos programas de crédito fundiário, o jovem rural passa por muita gente e por muitas etapas, com exigências de documentação e de elaboração de projeto técnico e avaliação destes por um agente financeiro, por conselhos municipais e estaduais, além da fiscalização do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os gestores entrevistados falaram sobre as dificuldades dos jovens nessa burocracia:

a. A divulgação do Programa e de suas regras ainda não consegue atingir bem a juventude rural, por mais esforço que tenha sido feito. Os convênios com federações, confederações, os materiais e as atividades de comunicação (vídeos, material escrito, seminários) não conseguiram atingir grande parte da juventude;
b. A reprovação de jovens rurais candidatos à terra ocorre mais no início (nos Conselhos Municipais) e no fim (Bancos). Na fase inicial porque, pela força da norma, se a proposta do jovem for aprovada ela terá prioridade na tramitação, razão pela qual muitas são rejeitadas; na fase final por problemas de cadastro junto ao banco, pois os jovens não têm histórico de relacionamento com os agentes financeiros e, portanto, não são vistos como bons clientes pelos bancos;

c. Os agentes financeiros são muito cuidadosos em aplicar as regras de elegibilidade ao PNCF, o que até mesmo interfere nas prioridades do Programa;
d. Os jovens encontram também dificuldades no trabalho das UTEs. Há muita diferença de importância e operação das políticas para os jovens rurais entre os diferentes Estados;
e. O jovem encontra dificuldades para organizar a produção agrícola de seu lote porque muitas vezes não tem muita experiência e conhecimento de agricultura.

Políticas de Apoio à Produção

Quando o jovem consegue a sua terra (pela reforma agrária ou por financiamento de um lote rural), a dificuldade que aparece em seguida é tirar renda a partir desta terra. Para ajudar, o Governo tem algumas políticas de apoio, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Os gestores e os representantes da juventude rural foram também entrevistados para saber se estes dois programas atendiam as necessidades dos jovens rurais. Suas respostas vêm a seguir.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: a experiência dos jovens rurais com o PRONAF

Há várias ***LINHAS DO PRONAF*** que podem ser utilizadas pelos jovens rurais. O Pronaf Jovem, em que o jovem rural trabalha em parte da terra da família, e ainda mora com ela. As outras linhas (que não são só para jovens) podem também ser usadas por eles, desde que cumpram os critérios de elegibilidade.

LINHAS DO PRONAF
SÃO AS LINHAS DE FINANCIAMENTO OFERECIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR.

Muitos gestores entrevistados disseram que o Pronaf Jovem não atende as necessidades do jovem rural. Sobre o acesso dos jovens rurais às várias linhas do PRONAF, um representante de juventude rural afirmou:

> ***"Os Bancos e mesmo a ATER sempre oferecem Pronaf B e Pronaf C por serem mais fáceis de conseguir, mas com menos dinheiro financiado. Mesmo quando o jovem tem conhecimento do Pronaf Jovem e prepara um projeto [do Pronaf Jovem], os bancos querem mudar o projeto para pegar o Pronaf B ou C". (Representante de juventude rural).***

ATER
SÃO ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS OU PARTICULARES QUE DÃO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FAZEM EXTENSÃO RURAL PARA OS AGRICULTORES.

Os entrevistados falaram sobre as dificuldades do jovem rural para ser financiado pelo PRONAF. Veja o que disseram:

1. A divulgação do PRONAF é feita de diversas formas (site do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Plano Safra, movimentos sociais, ATER, sindicatos). Não existe divulgação só para jovens. Os bancos só orientam os candidatos ao Programa quando eles pedem. A divulgação poderia ser melhorada. Para os que moram mais

longe, o rádio é usado.

2. Os bancos olham para o risco de o candidato não pagar o empréstimo, empregam maior rigor, e o jovem pode ser rejeitado por este motivo.
3. Há pouca orientação aos jovens para preparar projetos de produção, por falta de assistência técnica para os jovens.
4. Não há informações sobre a produção agrícola, no caso dos jovens. Estudo feito sobre tomadores de crédito PRONAF mostra que gerentes das propriedades têm mais de 40 anos. Esta é uma situação em que os jovens, portanto, têm obtido pouco acesso ao crédito para financiar sua criação ou plantação.

Muitos dos gestores que foram entrevistados disseram que maior razão para não aprovar o pedido de financiamento dos jovens rurais é o risco de que eles não possam pagar o valor emprestado.

O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: a experiência dos jovens rurais com a ATER

Os entrevistados acham que as políticas de ATER têm muito a melhorar, aumentando o número de famílias atendidas e melhorando a qualidade da assistência as famílias. Um gestor entrevistado disse o seguinte:

> ***"... Então, [a falta de ATER] é uma dificuldade para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, e que atinge em cheio a reforma agrária. Os programas de ATER que foram feitos para assistir à reforma agrária e à agricultura familiar, eles não têm conseguido funcionar bem...Estamos pensando em aumentar o prazo para o subprojeto de investimento para 3-4 anos, para poder haver o acompanhamento técnico da família, para que possamos prepará-la para o crédito (PRONAF). Há um problema real, a falta de ATER." (Gestor).***

Os trabalhos de assistência técnica e extensão rural (ATER) foram avaliados como os menos organizados, tanto para a agricultura familiar, como no que se relaciona com o jovem rural. Em relação a estes, disse um dos entrevistados, sobre o tipo de ATER que se deseja para o jovem rural:

> ***"Atualmente há uma dificuldade para o jovem ter assistência técnica e extensão rural devido à pouca oferta desse serviço tanto para atender o agricultor familiar como o jovem rural. Essa dificuldade é principalmente a falta de técnicos em quantidade e capacitação adequada para atender ao público jovem. Além disso, o atendimento da assistência técnica depende ainda da situação na qual esse jovem se encontra na terra. Se***

a terra estiver em seu nome, ele receberá este serviço, se não estiver ele não receberá assistência técnica." (Gestor)

"Que ATER nós queremos para a juventude? Queremos que o jovem saiba que ele pode ser um empreendedor, e que ele mesmo pode desenvolver o seu projeto, a partir de seus conhecimentos, suas origens, sua experiência, porque há no programa muitos jovens que fizeram escolas agrícolas, e que poderiam estar fazendo assistência técnica para suas famílias..." (Gestor)

EMPREENDEDOR É A PESSOA QUE TOMA INICIATIVA PARA REALIZAR UMA ATIVIDADE EMPRESARIAL OU SOCIAL.

Outro gestor diz que o próprio jovem poderia ser um agente de assistência técnica e extensão rural. Este mesmo entrevistado acha que o trabalho de ATER que se tem visto parece muito fraco para motivar e formar o jovem rural:

"... É preciso pensar na formação e capacitação dos jovens dos assentamentos, que possam prestar serviço como assistentes técnicos e serem assentados, pois isto é um grande problema." (Gestor).

Um dos gestores entrevistados fala das dificuldades e vantagens que o jovem rural tem nos programas e para receber assistência técnica:

"As dificuldades do jovem rural são muitas: para ter assistência técnica tem que decidir qual será a atividade na propriedade; no ambiente familiar depende do que a família quer produzir na propriedade, não pode plantar o que ele quer... Por isso, é difícil conseguir ATER para fazer seus projetos. Se o jovem conseguir fazer seu projeto, decidir o que vai fazer, enfrentar a burocracia do financiamento, tiver garantias para oferecer e convencer a família e implantar seu projeto com o dinheiro do financiamento, daí sim ele será atendido pela assistência técnica". (Gestor).

Os gestores entrevistados também falaram sobre que tipo de ATER atende as necessidades do jovem rural. Um gestor falou o seguinte:

"Atualmente, não há diferença na assistência técnica para os rapazes e moças, mas deveria haver, pois o trabalho desses jovens no campo é diferente e eles [os técnicos da ATER] deveriam olhar de forma diferente os sistemas produtivos e processos de produção. Uma ATER de qualidade deveria ser capaz de atender a essas diferenças". (Gestor).

Outro gestor falou sobre um exemplo de ATER própria para o jovem rural:

"Outro avanço seria aproximar o PNCF das escolas famílias, das escolas agro técnicas e dos movimentos de juventude. Uma experiência piloto nessa linha já está no seu terceiro ano, com três grupos em andamento que, ao terminar o curso, já estarão com a área adquirida... Com relação a ATER, os jovens envolvidos nessa experiência dispensaram a assistência

CHAMADA PÚBLICA DE ATER
É UMA DAS FORMAS QUE O GOVERNO USA PARA OFERECER FINANCIAMEN-TO PARA QUE AS EMPRESAS DE ATER POSSAM DAR ASSIS-TÊNCIA TÉCNICA A DIFERENTES GRU-POS DE AGRICULTO-RES FAMILIARES..

> ***técnica, sendo eles os responsáveis pelos seus projetos e, ainda, assistindo outros beneficiários e agricultores familiares, seus vizinhos..." (Gestor).***

Uma das formas de executar a política de ATER são as ***CHAMADAS PÚBLICAS DE ATER***. A primeira Chamada Pública dirigida ao jovem rural saiu em maio de 2012.

3.3 A EXPERIÊNCIA DOS JOVENS RURAIS ENTREVISTADOS COM AS POLÍTICAS DE ACESSO À TERRA E DE APOIO À PRODUÇÃO RURAL (PRONAF E ATER)

Uma parte grande da pesquisa de campo procurou saber da experiência dos 142 jovens entrevistados, com as políticas de desenvolvimento agrário (Acesso à terra por reforma agrária ou por crédito fundiário, PRONAF, ATER).

Estes jovens tinham experiências diferentes com as políticas de acesso à terra: 59 deles eram beneficiários de reforma agrária; 36 de crédito fundiário; e 47 não tinham terra.

Dos jovens que não tinham terra, a grande maioria (39 jovens) quer conseguir terra; nove não desejam se candidatar a qualquer programa de acesso à terra, e dois não souberam o que responder. Esta informação mostra que há um grande interesse por estes programas e reforça a necessidade de melhorar o seu funcionamento, de modo a dar oportunidade para que os jovens possam encontrar um meio de vida no campo.

Esses mesmos jovens declararam suas preferências pelos programas de acesso à terra: os jovens de Congonhinhas (Paraná), em sua maioria, preferem o programa de reforma agrária, enquanto os de Petrolina (Pernambuco) preferem o programa de crédito fundiário.

> ***Uma exigência importante, para o jovem rural sem terra e que quer obtê-la, é ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf. Este documento, chamado de DAP, permite o acesso ao crédito produtivo (PRONAF) e aos programas de acesso à terra.***
>
> ***Mas com o tempo, o uso da DAP foi ampliado, servindo também como meio de acesso a outras políticas públicas voltadas aos agricultores familiares e a outros pequenos produtores de base familiar como o programa habitacional "Minha Casa Minha Vida Rural", por exemplo.***

Dos 50 jovens sem terra entrevistados, apenas cinco disseram que já possuíam a DAP, 24 não a possuíam e 21 não souberam responder. Isto demonstra uma falta de conhecimento dos jovens rurais sobre a importância de possuir a DAP quando se quer obter o benefício de qualquer das políticas de desenvolvimento agrário. Isto indica que

deve ser feito um esforço grande, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que estas informações cheguem até o jovem.

Os jovens rurais entrevistados também deram sua opinião sobre a utilidade da orientação dada por sindicatos, bancos e UTEs (unidades estaduais atuando principalmente para interessados ou beneficiários do Crédito Fundiário).

A maioria dos jovens rurais indicou que não tinham recebido orientação, dos sindicatos, dos bancos ou das UTEs, ou que, quando receberam a orientação, tinha sido pouco útil. Apenas a orientação dada por sindicatos de trabalhadores/trabalhadoras rurais, em Petrolina, foi considerada útil, por grupo grande de jovens rurais entrevistados . Um grande número de jovens não conseguiu responder a esta pergunta, ou porque não tivessem procurado ou não tivessem recebido orientação de nenhum destes agentes (sindicatos, bancos, UTEs).

Mais uma vez se mostra a necessidade de melhorar a informação e a comunicação dos agentes públicos envolvidos em programas de financiamento de terra ou de crédito para a produção, para melhor orientar os jovens rurais no local onde estão. Os jovens rurais que eram beneficiários de terra (por meio de reforma agrária) falaram das maiores dificuldades que tiveram, em relação ao programa.

Para os jovens entrevistados no Paraná, as maiores dificuldades que encontraram para obter terra por meio do Programa de Reforma Agrária foram:

a. Orientação e apoio recebido de outros órgãos do governo (que não o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA);

b. Ter informação sobre o andamento do processo de obtenção de terra;

c. Tempo para obtenção da terra.

Para os entrevistados em Pernambuco:

a. Conseguir informação sobre como candidatar-se ao Programa;

b. Orientação e apoio recebido de outros órgãos do governo (fora do Ministério do Desenvolvimento Agrário e UTEs);

c. Tempo para obtenção da terra.

Os jovens entrevistados, nos dois Estados, não deram sua opinião sobre o processo de obtenção da DAP, mostrando que têm pouca informação sobre o tema.

Os jovens também avaliaram o Programa de Crédito Fundiário. Falaram das maiores dificuldades (e que devem ser solucionadas):

1. ***Para os entrevistados no Paraná:***

a. Atendimento aos critérios de elegibilidade;

b. Obtenção da documentação requerida;

c. Obter informação sobre o andamento do processo;

d. Tempo para conseguir a terra.

2. ***Para os entrevistados de Pernambuco:***

a. Documentação requerida para obtenção da DAP, ao início do processo;

b. Obtenção da documentação requerida, nas demais etapas do processo.

Mais de trinta por cento dos jovens beneficiários do PNCF nos dois Estados também não deram sua opinião sobre: a orientação ou apoio recebido das UTEs e de outros órgãos do governo, e sobre informação para obtenção do selo NPT. E no Paraná, 36% dos jovens entrevistados também não deram sua opinião sobre a obtenção de DAP.

Esses jovens beneficiários de reforma agrária e de crédito fundiário falaram sobre os recursos do PRONAF para ajudar na plantação ou criação em seu lote.

No Paraná, 40% dos jovens beneficiários da reforma agrária não havia conseguido estes recursos, ao lado de quase 80% de beneficiários de crédito fundiário que tinham conseguido este financiamento.

Em Pernambuco, tanto os jovens da reforma agrária como os do crédito fundiário disseram não ter acessado o PRONAF (54,29% dos beneficiários de reforma agrária e 90,48% dos de crédito fundiário).

Quem recebeu este crédito está, em geral, satisfeito com o valor de financiamento recebido.

O que mais chama a atenção é a quantidade de respostas que mostram a falta de informação sobre este crédito, especialmente em relação aos beneficiários de reforma agrária, tanto no Paraná como em Pernambuco.

E finalmente, os jovens falaram também sobre a qualidade e a quantidade de orientações de assistência técnica que tinham recebido para melhorar a sua produção ou criação.

Os jovens beneficiários de reforma agrária em Pernambuco foram favoráveis à ATER recebida, no que se refere ao atendimento de suas necessidades, à melhoria de suas decisões sobre comercialização e de terem melhorado às decisões que tem que tomar sobre produção e gestão da propriedade. Os jovens acharam ainda que o tempo de ATER recebido foi bom tanto no Paraná como em Pernambuco.

Todas as opiniões dos jovens sobre a ATER, no caso do crédito fundiário, demonstram que este programa tem atendido apenas parte das necessidades dos jovens rurais e que a assistência técnica e extensão rural dada pelo Programa devem ser fortalecidas.

COMO AS POLÍTICAS TÊM AJUDADO OS JOVENS BENEFICIÁRIOS NA PRODUÇÃO RURAL

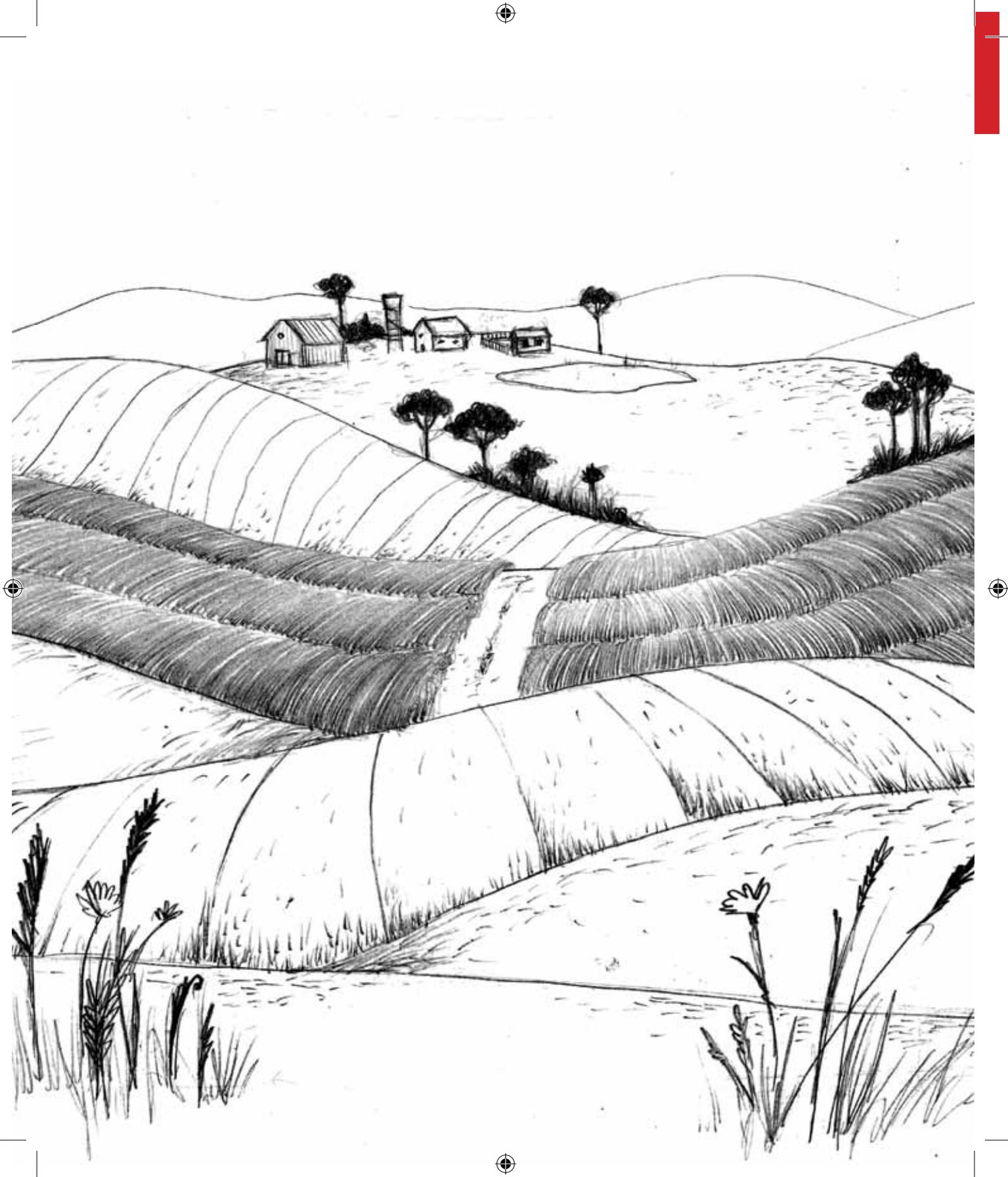
Finalmente, como todas as políticas analisadas tentam apoiar os beneficiários em suas criações ou plantações, foram feitas várias perguntas aos jovens entrevistados em relação à sua produção rural.

As respostas mostram que os jovens têm forte dedicação à produção para alimentação da família e menor produção para venda. No Paraná os jovens indicaram que sua produção para venda é mais importante do que a informada pelos jovens de Pernambuco, tanto para as criações como para a produção vegetal.

Em relação às despesas dos jovens beneficiários e de suas famílias, nas duas regiões, 38% dos jovens disseram que a renda obtida pela venda de produtos da agricultura possibilita que a maior parte ou todas as despesas sejam pagas, e 27% dos jovens disseram que, com esta renda, conseguiam pagar pelo menos metade de suas despesas.

Estas afirmações dos jovens indicam que as políticas estão no caminho certo, mas que ainda precisam ser melhoradas, buscando resultados que deem mais apoio as condições de vida dos jovens e de suas famílias.

Todos os resultados apresentados neste capítulo serviram para que fossem feitas várias recomendações para o aperfeiçoamento de todas as políticas agrárias. Estas recomendações são apresentadas no último capítulo deste livro.

4

MUDANÇAS SUGERIDAS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O JOVEM RURAL

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE CAPÍTULO:

- O que o governo pode fazer para incentivar a permanência do jovem rural no campo

A partir de tudo que se estudou sobre o jovem e suas necessidades, nos Capítulos 2 e 3, foi preparada uma lista de sugestões sobre o que o governo deveria fazer para favorecer a permanência do jovem rural no campo.

Esta lista pode ser usada como uma orientação para que o governo possa melhorar as políticas públicas para o jovem rural. Esta orientação é direcionada para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que trabalha com estas políticas. Foram preparadas 27 sugestões. As sete primeiras sugestões são gerais:

1. Realizar ações dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos demais órgãos do governo e junto ao público externo, para mostrar a importância do jovem rural como beneficiário de políticas de desenvolvimento agrário;
2. Melhorar a integração de políticas de desenvolvimento agrário para os jovens rurais, entre as diversas unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e participar na formulação e desenho de políticas para jovens rurais de outros ministérios;
3. Adotar uma única faixa de idade para definir quem são os jovens rurais, para todas as políticas de desenvolvimento agrário dirigidas a eles. A faixa sugerida é a de 18 (ou 16 anos, se emancipados) a 29 anos, já adotada pelo PNCF e pelo PNRA;
4. Trabalhar junto ao IBGE para que esta faixa de idade seja incluída em censos nacionais e agropecuários, e ainda nas pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNAD); isto facilitaria acompanhar o que acontece com os jovens rurais no país, nas regiões e nos municípios;
5. Planejar as políticas de desenvolvimento agrário de forma a considerar as diferenças regionais e locais. Estas diferenças fazem com que as necessidades e soluções sejam específicas para cada caso;
6. Criar incentivos à permanência **da** jovem rural (mulheres) na terra por meio de recursos adicionais para que participem dos programas de acesso à terra ou por meio de apoio à produção agrícola e à educação e qualificação profissional. Estes incentivos (de produção e de maior educação e qualificação) devem ser oferecidos também para o jovem rural (homens), pois de outro modo aumentariam as diferenças entre mulheres e homens no campo;
7. Criar uma ***OUVIDORIA*** para beneficiários dos programas de acesso à terra, e em especial para o jovem rural, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

OUVIDORIA
É UM ÓRGÃO OU DEPARTAMENTO DE GOVERNO OU DE EMPRESAS DESTINADOS A OUVIR QUEIXAS E RECLAMAÇÕES DA POPULAÇÃO OU DE SEUS CLIENTES.

Em relação a Políticas de Acesso à terra para o Jovem Rural:

8. Melhorar a política de acesso à terra por meio de novos assentamentos (reforma agrária), a que possam candidatar-se jovens rurais;
9. Melhorar continuamente a linha de financiamento Nossa Primeira Terra na nova política de acesso à terra por meio de crédito fundiário;
10. Estudar e criar incentivos à participação feminina em programas de acesso à terra, em novos assentamentos ou no PNCF, para conseguir a permanência de mais mulheres jovens no campo;
11. Melhorar o sistema de acompanhamento de entrega de lote (reforma agrária) e de financiamento de imóveis (PNCF), para ter informação atualizada sobre desistência, inadimplência, exclusão, etc., de beneficiários em cada programa.

Em relação a Politicas de Apoio à Produção: Financiamento Agrícola

12. Avaliar os motivos pelos quais poucos beneficiários de programas de acesso à terra conseguem financiamento do PRONAF, para melhorar as normas deste programa e conseguir mais beneficiários financiados;
13. Avaliar os resultados do PRONAF sobre o sucesso na produção agrícola por beneficiários de diferentes regiões, e porque o PRONAF tem apresentado bons ou maus resultados.

Em relação a Políticas de Acesso à terra e de Financiamento Agrícola

14. Melhorar a comunicação com os jovens rurais para orientar estes jovens sobre como obter acesso à terra e ao crédito agrícola (exigências, critérios, a quem procurar e suas responsabilidades);
15. Melhorar a burocracia para seleção de beneficiários, para tornar mais fácil o acesso à terra e ao crédito agrícola, dando preferência à seleção de jovens de ambos os sexos;
16. Melhorar a parceria com os bancos oficiais que financiam o crédito fundiário e o crédito agrícola, treinando e orientando os funcionários dos bancos (isto deverá ser feito em conjunto, entre Ministério do Desenvolvimento Agrário e bancos). O Ministério do Desenvolvimento Agrário deverá ter acesso aos documentos sobre a não aprovação dos financiamentos;
17. Estudar outras formas de financiamento (como o microcrédito), com menos burocracia para ***POPULAÇÕES VULNERÁVEIS*** como a do agricultor familiar mais pobre. Se aprovadas, usar essas formas para financiar os jovens rurais;

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS
É O CONJUNTO DE PESSOAS DE UMA MINORIA QUE SOFREM OS EFEITOS DA EXCLUSÃO, SEJA POR MOTIVOS ECONÔMICOS, DE GÊNERO, RELIGIOSOS, DE SAÚDE, OPÇÃO SEXUAL, ETNIA, COR DE PELE, INCAPACIDADE FÍSICA OU MENTAL.

18. Melhorar a informação e orientação sobre a rede de apoio (sindicatos, bancos, Superintendências Estaduais do INCRA, Unidades Técnicas Estaduais);
19. Trabalhar para melhorar a qualidade do atendimento da rede de apoio, com capacitação, de forma a melhorar o atendimento aos jovens rurais.

Em relação a programas de ATER

20. Aumentar as ações de ATER para todos os beneficiários de terra, e ainda mais para os beneficiários de crédito fundiário, de forma a aumentar o número de famílias atendidas que recebem assistência técnica neste último programa;
21. Orientar a ATER a enfatizar a gestão da inovação, como forma de melhorar a renda dos lotes dos jovens produtores;
22. Treinar/capacitar os jovens sobre a organização da comercialização, para melhorar as vendas da produção para os mercados;
23. Trabalhar maneiras para aumentar a qualificação e a formação do jovem rural, sobre a gestão da propriedade e do negócio, de preferência, no próprio local de trabalho;
24. Estudar maneiras para aumentar a quantidade e qualificação de técnicos de ATER, inclusive por meio da participação de jovens rurais como extensionistas.

Em relação à produção agrícola e pecuária:

25. Estudar o que o jovem rural deve produzir na propriedade, usando tecnologias com custos mais baixos para aumentar a renda e o lucro da produção agropecuária;
26. A assistência técnica deve recomendar plantações e criações apropriadas às condições da terra e de mercados locais, além da produção para sustento da família;
27. O Ministério do Desenvolvimento Agrário deve criar incentivos para aumentar a produção para venda ao mercado. Estes incentivos devem ser avaliados e aperfeiçoados continuamente.